



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

Diplomacia Desportiva Internacional

Alexandre Mestre

Jurista

1. De Coubertin até hoje, ou da emergência à efectivação de uma diplomacia desportiva internacional.

No distante ano de 1891, Pierre de Coubertin, inteligente e visionário, expressou publicamente a sua convicção quanto a um futuro crescimento da dimensão internacional do desporto. Cinco anos mais tarde, ficámos a dever a este barão francês a instituição dos primeiros Jogos Olímpicos da era moderna, em Atenas, juntando treze nações.

Começava nesta época um processo de internacionalização do desporto. Um processo que se solidificou na segunda metade do século XX, sobretudo na Grã-Bretanha, e que foi precipitado no pós-guerra, encerrando simultaneamente vertentes desportivas e geopolíticas.

Depois de 1918, particularmente no continente europeu, assistiu-se a uma mundialização do desporto, atenta a inflação constante do número de eventos desportivos internacionais, nos quais não só os melhores representantes de cada país personificavam verdadeiros momentos de “vingança” como certas ausências adquiriam um significado político evidente.

Em 1928, a jovem União Soviética criou as suas próprias competições- as “Spartakiades”. Por seu turno, no Campeonato do Mundo de Futebol de 1934 e nos Jogos Olímpicos de 1936, Itália e Alemanha, respectivamente, promoveram os modelos fascista e nazi em detrimento dos demais regimes.

No período que se seguiu à Segunda Guerra mundial, o desporto continuou a ser factor de comparação entre modelos político-ideológicos, desta feita entre o “socialismo” e o “mundo livre”, correntes cuja implantação ficou também refém de sucessos desportivos.

Num outro plano, o aparecimento de novos Estados em razão da descolonização levou a que, no início dos anos sessenta, o desporto fosse não só um instrumento privilegiado de diversos confrontos, como também um vector de diálogo e de promoção de políticas de

cooperação bilaterais e multilaterais, *maxime* envolvendo países do terceiro mundo ou em vias de desenvolvimento.

O fim do bipolarismo da guerra fria permitiu que, também no desporto, a dimensão da relação entre países fosse cada vez mais transnacional, o que ajuda a explicar o advento de um desporto institucionalizado e competitivo (difusão dos desportos no mundo; criação das federações nacionais e internacionais; organização de grandes competições internacionais entre equipas nacionais representativas).

Hoje, no dealbar do século XXI, o desporto adquire já um importante estatuto como fenómeno típico de globalização, cruzando a modernização, a industrialização, os novos conceitos da educação e do urbanismo. Acompanha o consumismo da era contemporânea. Vive de, com, e para a realidade mediática. É mesmo sinónimo de comércio, de capitalismo: as transmissões televisiva de eventos desportivos são um caso paradigmático da dimensão política e económica de uma realidade que começou por ser meramente lúdica ou recreativa.

A análise prospectiva do Barão Pierre de Coubertin tinha, pois, absoluto fundamento. O desporto é cada vez mais um instrumento das relações internacionais contemporâneas, simbolizando o ambiente internacional, do qual constitui importante ferramenta prática. Pode mesmo dizer-se que o desporto, ainda que em si mesmo constitua uma realidade neutra, reflecte a política do seu tempo.

Face ao supra dito, afigura-se-nos indubitável a efectivação de uma diplomacia desportiva internacional.

2. A diplomacia desportiva internacional: tentativa de definição e tradução prática do conceito

Como todas as formas clássicas de diplomacia, a diplomacia desportiva tem por função principal a defesa dos interesses dos Estados, traduzindo-se num conjunto de contactos entre Estados, institucionalizados ou não, com evidentes implicações nas relações bilaterais e multilaterais do tabuleiro mundial.

Não está nos nossos propósitos proceder a uma avaliação global e exaustiva de tais contactos, o que estaria manifestamente fora dos limites do presente trabalho. O que nos propomos, isso, sim, é enunciar alguns dos aspectos mais significativos de tais contactos, com uma metodologia que assenta em situar o conceito de diplomacia desportiva em diversas traduções práticas do mesmo, a saber:

- 2.1. Desporto enquanto elemento de paz e de aproximação entre povos;
- 2.2. Desporto enquanto palco de tensões e confrontos internacionais;
- 2.3. Desporto enquanto instrumento de políticas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento;
- 2.4. Desporto enquanto factor de imagem, prestígio e orgulho nacionais;
- 2.5. A institucionalização internacional do desporto: as Organizações Governamentais e Não Governamentais.

2. 1. Desporto enquanto elemento de paz e de aproximação entre povos

Visto que as competições desportivas ganharam corpo em sociedades com ideais democráticos, seja a Grécia antiga, seja a Inglaterra do século XIX, ao desporto sempre esteve associado o ideal da promoção da paz entre os povos e da cooperação internacional.

Foi precisamente essa a visão que o Comité Internacional Olímpico (CIO) verteu na Carta Olímpica, “Lei Fundamental do Olimpismo”, a qual, no elenco dos seus princípios fundamentais aponta precisamente para o estabelecimento de uma sociedade pacífica, colocando o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, com vista a preservar a dignidade humana e a buscar a paz e o entendimento entre nações e povos¹.

Um dos exemplos mais significativos da utilização do desporto como fonte de paz entre os povos radica precisamente nos Jogos Olímpicos, concretamente os de Helsínquia, realizados no ano de 1952, que marcaram o regresso da então URSS e dos países do bloco socialista ao concerto desportivo das nações, num período em que subsistiam Estaline e a guerra-fria.

Outro exemplo feliz é bastante recente e prende-se com a vitória da candidatura da África do sul para acolher no seu território o Campeonato do Mundo de Futebol 2010. Não foi nada despiendo o facto de tal candidatura ter contado com o apoio formal de três Prémio-Nobel da Paz : Nelson Mandela, Frederik De Klerk e Desmond Tuutu².

Mas há mais exemplos.

Na primeira Taça Europeia de Futebol, no ano de 1955, decorreu um jogo entre os espanhóis do Real Madrid e os Jugoslavos do Partizan de Belgrado, numa altura em que os respectivos países não mantinham qualquer relação diplomática.

Em 1964, quando a Espanha franquista se recusava a reconhecer a então União Soviética, um desafio de futebol entre as selecções nacionais ajudou a harmonizar as relações entre os dois países, algo que não fora possível de alcançar pela via diplomática.

No ano de 1971, ficou célebre a denominada “diplomacia do ping pong”, exercida sob iniciativa da China, que escolheu o desporto como veículo de fomento do entendimento internacional. No dia 6 de Abril, precisamente o dia em que os EUA verbalizaram a sua decisão de decretar um embargo comercial à China, por um período de 20 anos, a equipa Americana de ping-pong, que estava no Japao para participar no 31.º Campeonato do

¹ Um exemplo que ilustra de forma singular a missão pacifista do CIO é a Resolução 48/11 da ONU, de 25 de Outubro de 1993, a qual invocou a sagrada Treva da época da Grécia Antiga, ou seja, a imunidade permanente e reconhecida do santuário de Olímpia e da região de Elíada, por via da qual as cidades gregas cessavam as hostilidades militares em tempo de Jogos Olímpicos. A Resolução, pensada para os Jogos Olímpicos de Lillehammer de 1994, visou e garantiu o cessar das hostilidades na ex- Jugoslávia, no período correspondente aos sete dias imediatamente anteriores e posteriores ao evento.

² De acordo com a revista « Jeune Afrique/L'intéligent » (n. 2263- du 23 au 29 Mai 2004), para Mandela tratava-se do « ultimo grande desafio da minha vida », tendo inclusive afirmado o seguinte : « *estamos prontos a celebrar a reunificação da humanidade* » ou ainda « *A África do Sul é a democracia, a tolerância e a estabilidade política* » e « *quando estava na prisão, ouvia pela rádio os relatos do Campeonato do Mundo. O futebol era a nossa unica alegria (...)* A FIFA tomou uma posição contra a segregação racial. Ajudou-nos a colocar um ponto final no apartheid ».

Mundo de Tenis de Mesa, recebeu um inesperado convite para visitar a República Popular da China. Os americanos anuíram no convite, tendo sido recebidos pelo Primeiro-Ministro Chou En-Lai, que sublinhou a amizade que se deveria estender para além do ping-pong. Posteriormente, uma equipa chinesa de ping pong visitou os EUA, tendo havido mesmo visitas secretas e não secretas, que Nixon e Kissinger fomentaram, em prol da aproximação entre os dois países.

Mais recentemente, dois Campeonatos do Mundo de Futebol foram marcantes. Em França, no ano de 1998, Lyon foi palco de um desafio muito simbólico entre o Irão e os Estados- Unidos da América. Em 2002, a prova foi organizada conjuntamente pela Coreia e pelo Japão, proporcionando uma reconciliação entre os vizinhos asiáticos, em querela desde a colonização japonesa de 1910.

Merecem igualmente relevância momentos nos quais a paz e aproximação entre povos por via do desporto teve como cenários realidades que embora a *priori* pareçam confinadas a realidades nacionais, têm, no entanto, relevante fonte e impacto nas relações internacionais.

Quis o destino que, no ano de 1974, um sorteio colocasse “frente a frente” RFA e RDA no contexto do Campeonato do Mundo de Futebol, permitindo o desporto os contactos que a política desautorizava.

Em 1989 as tensões nacionalistas na Catalunha levaram a que o Príncipe e o Rei de Espanha tivessem sido vaiados na inauguração do Estádio Olímpico de Barcelona. Três anos mais tarde, no mesmo Estádio, na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de 1992, o mesmo príncipe, porta-estandarte da delegação espanhola, foi ovacionado em delírio por 120.000 catalães, fenómeno explicável não só pelo carácter cosmopolita do evento, como também pela força-motriz do desporto na união e reconciliação nacionais. Com as consequências internacionais que tal necessariamente acarreta.

Outro eloquente exemplo é-nos dado por PASCAL BONIFACE³: “A 6 de Abril de 1999, o clube grego AEK de Atenas disputava um jogo amigável de solidariedade com a equipa jugoslava Partizan de Belgrado. Para a ocasião, os jogadores tinham vestido um equipamento com um alvo nas costas. Este jogo era encarado, em Belgrado, como um golpe dirigido à NATO, enquanto que, para os gregos, era um sinal de protesto e de solidariedade destinado a dar coragem ao povo que estava a ser bombardeado. Seria difícil encontrar uma melhor ilustração da solidariedade entre os povos ortodoxos”.

Um último exemplo prende-se precisamente com o já referido campeonato do Mundo de Futebol realizado, na Coreia, no ano de 2002. Eis uma prova que uniu Coreia do Norte e Coreia do Sul através da formação de uma selecção unificada.

2. 2. Desporto enquanto palco de tensões e confrontos internacionais

Voluntariamente, ou não, diversos sinais conferem um carácter nacionalista às competições desportivas internacionais. Desde logo o hino nacional é cantado no início das provas ou quando o atleta sobe ao pódio para erguer uma medalha ou um qualquer

³ A Terra é redonda como uma bola: a Geopolítica do Futebol, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2002, p.53.

troféu. Por outro lado, bandeiras, cores e demais símbolos nacionais, muitas vezes até com carácter religioso, são utilizados.

Da diversidade à intolerância pode ser um passo muito curto. Do orgulho patriótico para desmesurados entusiasmos ou trágicas decepções, a fronteira é, não raras vezes, muito estreita.

Não faltam exemplos de confrontos e tensões internacionais por via do desporto.

No ano de 1931, a Inglaterra suspendeu as suas relações com a França nos jogos de *rugby* do Torneio das Cinco Nações, alegando dois motivos de diferente natureza: luta contra a violência e luta contra o profissionalismo. Eis o exemplo de tensões desportivas, com implicações políticas. O inverso, porém, constitui a regra, como se pode constatar nos parágrafos seguintes.

Naqueles que foram denominados por “Jogos desfigurados”- os Jogos Olímpicos de 1936- o totalitarismo exacerbado da Alemanha de Hitler e sua *entourage* sobrepôs-se ao espírito olímpico. Estes foram também os Jogos cuja cerimónia de abertura viu desfilar, de braço estendido, a comitiva da França, país então dirigido pela Frente Popular, alegremente por ser aquela a indicada “saudação olímpica”...

A ex-URSS procurou, através dos “atletas de Estado”- que de amadores só tinham o nome- suplantarem-se ao ocidente. Tais atletas eram mandatados pelo governo para representar o regime político, quais “embaixadores” ou “representantes oficiais” de um regime político ou de uma “cultura nacional”.

O maior afrontamento entre blocos socio-políticos teve expressão em diversos boicotes aos Jogos Olímpicos. Acontecimentos na Hungria motivaram o boicote de quatro países (Espanha, Suíça, Holanda e Formosa) aos Jogos de 1956. Em protesto contra a presença da Nova-Zelândia face à sua conduta perante a África do Sul, houve novo boicote, nos Jogos de 1976, em Montreal. Em Moscovo, 1980, a invasão ao Afeganistão levou ao boicote de Estados Unidos, Japão e RFA. A resposta socialista surgiu nos Jogos de Los Angeles, 1984, e de Seul, 1988, neste último caso com a ausência de Cuba e da Coreia do Norte.

Na pura antítese dos seus fins, o desporto pode mesmo causar violência, conflitos, senão verdadeira guerra⁴. O desporto internacional chega a ser um substituto de conflitos armados internacionais, particularmente na era atómica em que vivemos, porquanto não implica quaisquer prejuízos materiais. Assim sendo, por vezes o chauvinismo desportivo alimenta-se das representações nacionais para suscitar violência e xenofobia por ocasião de pontuais ou estruturais tensões entre povos, em nome de supostas “honra”, “reputação” e “identidade”.

Os próprios conceitos empregues na gíria desportiva são conceitos de guerra. Parafrazeando IGNACIO RAMOTET, “*Chaque affrontement prend ainsi toutes les apparences d’une guerre ritualisée avec force sollicitations des emblèmes nationaux*”

⁴ Muito embora, o mote do Conselho Internacional do Desporto Militar seja o seguinte : « *sport means peace ; sport is the opposite of war ; sport is the cure for war ; sport is international ; sport brings nations closer* ».

(*hymnes, drapeaux, présence des chefs d'Etat*) et recours à des métaphores guerrières: “attaquer”, “tirer”, “défendre”, “conquête”, “capitaine”, “territoire”, “tactique”, “victoire”...)”⁵.

Novamente exemplos não faltam.

Recorde-se os confrontos entre os jogadores de polo aquático húngaros e soviéticos em plena piscina olímpica de Melbourne, no ano de 1956. Ou os 328 mortos em Lima, no ano de 1964, numa partida entre a Argentina e o Peru. Tenha-se igualmente presente o conflito que eclodiu no ano de 1969 entre as Honduras e El-Salvador, subsequentemente a uma polémica eliminatória do Campeonato do Mundo de Futebol⁶. Não se olvide ainda a confusão entre espectadores sérvios e croatas, no ano de 1990, em Belgrado, na antecâmara da crise jugoslava...⁷

No estrito plano de uma realidade tão actual quanto temida- o terrorismo- o dia 5 de Setembro de 1972 marcará indelevelmente de forma muito negra as relações internacionais, para além de alertar para a segurança internacional por ocasião de grandes eventos desportivos: onze atletas israelitas foram mortos por um comando de oito palestinianos, em plena vila olímpica de Munique, cidade anfitriã dos Jogos Olímpicos. Um comunicado do grupo “Setembro negro” justificava da seguinte forma o acto: a vitória temporária dos israelitas na sua conquista da Palestina não daria jamais o direito de Israel representar a Palestina num evento mundial como os Jogos Olímpicos.

2. 3. Desporto enquanto instrumento de políticas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento

Historicamente, os países do terceiro mundo, designadamente aqueles que viveram um processo de descolonização, têm utilizado o desporto como meio de luta política, ou seja, como ferramenta de sensibilização da comunidade internacional para os problemas surgidos na fase “pós-independência”.

Assim, o desporto tem sido utilizado como meio de reconhecimento internacional, logo como instrumento

⁵ “Football et passions nationales”, em *Géopolitique du Football*, Paris, Éditions Complexe, 1998, p. 59.

⁶ Em 1969, dois desafios de futebol opuseram as seleções nacionais das Honduras e de El Salvador, tendo os jogos terminado com uma vitória para cada. Neste contexto, houve lugar a *play off*, cujo resultado final foi uma vitória de El Salvador por 4-3. Sucede que este resultado estimulou reacções nacionalistas, as quais vieram a conduzir à Guerra entre os dois Estados da América Central.

⁷ Sobre o papel do futebol e a guerra na ex-Jugoslávia, não podemos ficar indiferentes a uma recente e notável entrevista do realizador de cinema EMIR KUSTORICA, à revista L'Équipe Magazine, n.º 1145, edição de 8 de Maio de 2004, pp. 93-99. Registem-se algumas passagens elucidativas para a nossa exegese: “ *Ce sport a été un témoin, voire un acteur de la destruction de la Yougoslavie (...) Le déclenchement de la guerre en Yougoslavie a réellement débuté sur un stade sans que l'on y prête vraiment attention, mais de façon tout a fait intentionnelle (...) Dans les faits, le football est une simulation de la guerre. Vous avez, d'un côté, une énergie positive exprimée par les joueurs, et, de l'autre, une énergie négative développée par les spectateurs que l'on sépare, pour arranger les choses, en deux camps opposés (...) L'épopée de l'équipe de Yougoslavie aux Jeux Olympiques de 1952, c'est un peu notre 12 juillet 1998 à nous. Aucun Yougoslave ne l'ignore. Pour un petit pays comme le nôtre, c'est la référence! Battaient les Russes à la dernière minute sur un terrain de football, c'était déjà beau, mais battre le pays qui vous humiliait sur le terrain politique, c'était vraiment incroyable!*”.

de política externa, ao alertar a opinião pública internacional para a situação económica, social e política dos Estados em causa. A luta contra a fome e contra o *apartheid*⁸ são disso bom exemplo.

Mas aquilo que mais nos importa salientar é o recurso ao desporto enquanto instrumento de políticas de cooperação, bilateral e/ou multilateral, e de ajuda ao desenvolvimento.

Essa cooperação exprime-se fundamentalmente na celebração de protocolos de cooperação desportiva, bilateral ou multilateral cujos conteúdos fundamentais versam sobre formação de quadros; bases jurídicas e administrativas; intercâmbios entre praticantes desportivos de alta competição; medicina desportiva; prevenção e combate à dopagem; voluntariado no desporto; ajuda na construção e reconversão de infra-estruturas; fornecimento de equipamentos; promoção da língua.

A importância da cooperação é tal que no ano de 1990 foi celebrado um Acordo de Cooperação Multilateral no domínio do desporto entre Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe⁹, precisamente seis anos antes da constituição da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Eis a cooperação no desporto a antecipar-se à cooperação internacional no seu sentido mais amplo!

Essa importância justifica igualmente que o Foreign Office inglês, numa brochura que ilustra a política de cooperação britânica, tenha colocado fotos da antiga glória do futebol, Bobby Charlton, a participar num projecto de desporto de proximidade num bairro de Bangkok.

Um exemplo feliz de ajuda ao desenvolvimento no âmbito do desporto é o Programa “Solidariedade Olímpica”, criado pelo Comité Internacional Olímpico, o qual fornece designadamente a cada comité nacional olímpico africano milhões de dólares por cada Oímpíada.

2. 4. Desporto enquanto factor de imagem, prestígio e orgulho nacionais

Não raras vezes, o desporto é utilizado como vitrina das potências estaduais, como instrumento de propaganda política, comercial e turística, ou seja, como ferramenta de política externa, pelo prestígio, pela imagem e pelo orgulho nacionais que as vitórias conquistadas pelos seus atletas proporcionam.

⁸ Um simples gesto de um atleta, em representação de um determinado país, pode, no âmbito da luta contra o racismo, constituir uma mensagem sem igual. Ainda hoje paira na memória de muitos o momento em que, nos Jogos Olímpicos do México (1968), os atletas Tommie Smith e John Carls, no pódio, respectivamente com as medalhas de ouro e bronze, obtidas nos 200 metros, erguendo o punho fechado com luvas pretas, em nome de um movimento organizado contra a discriminação em razão da cor e da raça- o Olympic Project for Human Rights. .

⁹ Actualmente, este Acordo já foi igualmente firmado por Brasil e Timor-Leste, neste último caso no Porto, a 6 de Maio de 2004, por iniciativa do então Presidente da Conferência de Ministros do Desporto da CPLP, Sua Ex.^a o Secretário de Estado da Juventude e Desportos de Portugal, Hermínio Loureiro, Conferência na qual foi reeleito como Secretário-Geral o Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, José Manuel Constantino.

Efectivamente, os resultados de grandes encontros desportivos internacionais podem reforçar ou enfraquecer a imagem de uma nação ou de um regime político aos olhos do estrangeiro.

O antigo Presidente americano Gerald Ford chegou a aludir ao facto de um sucesso desportivo poder servir uma nação tal qual uma vitória militar. Coerentemente, o futebolista camaronês Roger Milla se orgulhou publicamente de ser como que um oficial de reserva ao serviço do país durante cerca de 20 anos¹⁰.

Também lendário futebolista, o uruguaio José Nazazi chegou a considerar a selecção nacional como a pátria em si mesma.

Por conseguinte, o desporto funciona como um barómetro da evolução de uma nação e das suas relações com os outros, como índice da vitalidade e auto-estima de um povo.

Uma vez mais, a história é rica em exemplos.

Desde a Carta dello Sport, datada de 1928, texto no qual se plasma o desporto como tendo um papel determinante nas relações internacionais, que em nome da “Razão do Estado” se promoveu o fascismo italiano via desporto. Nesse mesmo ano, de partida para os campeonatos Mundiais Universitários de 1928, os estudantes, entendidos como verdadeiros porta-estandarte do regime, foram mesmo avisados, num discurso de Augusto Turati, para controlarem severamente os seus comportamentos, sob pena de colocarem em crise o Partido e a Itália fascista.

Em 1934, Mussolini aproveitou a realização do Campeonato do Mundo de Futebol para propaganda imperialista do regime, sequioso por um reconhecimento estrangeiro. A vitória italiana foi considerada como sinónimo da vitória do fascismo sobre as outras ideologias. No Conselho Geral do Comité Olímpico Nacional Italiano (CONI) passou mesmo a fazer parte um representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros, tal a importância do desporto para a política externa do regime. Em 1942, o CONI foi inclusivamente encarregue de organizar um *stand* sobre o desporto para figurar numa exposição que celebrou os 20 anos do fascismo¹¹.

Inspirado na conduta do ditador italiano, Hitler, dois anos depois, nos Jogos Olímpicos de Berlim, mimetizou Mussolini¹².

Ainda relativamente à afirmação da Alemanha, 1954 foi um ano crucial: não só a RDA aderiu à NATO, exprimindo a reintegração da Alemanha na família ocidental após a

¹⁰ Roger Milla é mesmo um exemplo do contributo do desporto para a imagem dos países africanos, conforme o testemunha ISSA HAYATOU, na qualidade de Presidente da Confederação Africana de Futebol (CAF) e de Vice-Presidente da FIFA: “(...) Roger Milla, grâce à sa légendaire prestation au Mondial italien de 1990, a fait connaître le Cameroun aux quatre coins de la planète.”, “L’importance du football dans les pays africains”, em Géopolitique du Football, Paris, Éditions Complex, 1998, p. 67.

¹¹ Eram precisamente os embaixadores italianos no estrangeiro que enviavam os relatórios sobre as manifestações desportivas directamente para a Presidência do Conselho de Ministros.

¹² A este propósito, PIERRE ARNAUD e JAMES RIORDAN afirmam o seguinte. “Ce qui semble avoir déterminé le revirement des nazis en faveur du sport, ce n’est pas la popularité croissante de celui-ci dans la opinion mais le fait que l’Italie fasciste démontrait qu’il pouvait devenir un puissant instrument de prestige international.”, em Sport et Relations Internationales (1900-1941): les démocraties face au fascisme et au nazisme, Paris, Harmattan, 1998, p. 20.

Segunda Guerra Mundial, como a RFA venceu o Campeonato do Mundo de Futebol, motivando mesmo a exclamação germânica “Voltámos a ser alguém¹³”.

Já na ex-URSS, a opção do “Desporto Vermelho” recaiu no controlo do sistema desportivo através da mobilização de recursos para utilizar o desporto com fins de política externa, inicialmente no fito de promover o internacionalismo operário, mais tarde visando um reforço do Estado-nação. Nunca o desporto foi um instrumento neutro ou apolítico, antes fonte de denúncia do desporto ocidental, tido como “burguês”, “nacionalista”, “imperialista” e “militarista”¹⁴.

Numa outra vertente da imagem do desporto situa-se a forma como os atletas ou as equipas exteriorizam comportamentos. Esses comportamentos são muitas vezes reflexos das diferentes personalidades envolvidas. O desporto pode inclusivamente fornecer uma imagem estereotipada de um país.

Veja-se por exemplo a forma meticulosa, disciplinada, objectiva e fria como os alemães se apresentam. Compare-se, por exemplo, com a postura mais fantasista, tecnicista, criativa e individualista dos latinos¹⁵.

A imagem pode ainda consubstanciar-se na conjugação das condutas desportiva e extra-desportiva daqueles atletas que emigram e que personificam verdadeiros ícones dos seus países de origem. Daí a argumentação de PIERRE BROCHAND: “(...) *ce qui faisait pas Éric Cantona lorsqu’il jouait à Manchester avait des répercussions beaucoup plus considérables sur l’image de la France en Grande-Bretagne, et même dans le monde que tout ce que pouvaient y accomplir nos ambassadeurs (...)*”¹⁶.

Por fim, a inevitável referência ao prestígio que pode advir para um país da organização no seu território de um evento desportivo nacional. A realização, em Portugal, da fase final do Euro-2004 em futebol é um exemplo familiar e inequívoco do que uma boa organização pode significar para o reforço da imagem externa de um país.

¹³ A Alemanha, de facto, faz parte dos países que têm utilizado o desporto internacional a um nível elevado, desde a Alemanha imperial, à República de Weimar, passando pelo período nazi e culminando na RFA. Um desporto excessivamente conotado ideologicamente.

¹⁴ Em 1975, a URSS manteve relações internacionais desportivas com 87 países, tendo cerca de 20000 atletas saído do país para efeitos de participação em provas desportivas.

¹⁵ É essa, aliás, a lógica que preside ao exemplo de NICOLÀ PORRO e PIPPO RUSSO: “(...) when Italy plays Germany, the encounter may be viewed as a challenge between one team representing a creative but unmethodical culture which, despite their inherent lack of planning, is capable of high achievement, and another which is based on calculation, and the widespread and repeated use of strategies that favour caution over unpredictability¹⁵”.

¹⁶ “Économie, diplomatie et football”, em Géopolitique du Football, Paris, Éditions Complexe, 1998, p. 79. De 1962 a 68 o desporto e a Educação Física tinham uma delegação num subcomité da Convenção Cultural; em 1975 foi instituída uma Conferência de Ministros Europeus responsáveis pelo Desporto; em 1977 foi criado o Comité Director para o Desenvolvimento do Desporto (CDDS), comité de peritos que reúne altos funcionários dos países membros do Conselho da Europa e que aderiram à Convenção Cultural Europeia, tal como Organizações Não Governamentais, cuja missão é preparar e assegurar os trabalhos da Conferência, bem como levar a cabo programas que lhe sejam indicados pelo Conselho da Europa.

2. 5. A institucionalização do desporto: Organizações Governamentais e Não Governamentais

A institucionalização do desporto é também ela sinónimo e palco da diplomacia internacional. Assim, temos por um lado organizações internacionais nas quais os Estados são membros e que se dedicam a título principal ou residual ao fenómeno desportivo; por outro lado existem organizações nas quais os Estados não são mais do que unidades territoriais em cuja jurisdição aquelas têm sede: estamos já no domínio das organizações não governamentais.

Começemos por analisar as organizações internacionais públicas: ONU, UNESCO, organizações regionais de proximidade geográfica, Conselho da Europa e União Europeia.

Desde os finais da década de 70 que a ONU, ainda que sem qualquer agência especializada para o desporto, começou a dar atenção a este fenómeno, designadamente aprovando diversos textos, de conteúdo muito importante, ainda que *soft law*¹⁷.

Em 2000, no Fórum Mundial do Desporto, a ONU apelou à colaboração do movimento desportivo para banir a exploração de trabalho infantil em sede da indústria de artigos desportivos.

O crescente papel internacional do desporto levou a que o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, tenha, em 2001, designado Adolf Ogi como conselheiro especial para o desporto ao serviço do desenvolvimento e da paz¹⁸, o qual liderou a task force que conduziu à publicação, em 2003, de um texto fundamental, a saber o Relatório da “United Nations Interagency force on Sport for Development and Peace”¹⁹.

Corolário dessa nova *approche* ao desporto, em 2003 a Assembleia Geral da ONU, na sua 58.ª Sessão, adoptou uma Resolução (A/RES/58/5), proclamando « 2005 Ano Internacional do Desporto e da Educação Física, enquanto meio de promover a educação, a saúde, o desenvolvimento e a paz », convidando os governos a organizar eventos em adesão a esta iniciativa, que partiu da Tunísia.

¹⁷ 1977 : Declaração Internacional contra o apartheid nos desportos (Resolução 32/105 M, de 14 de Dezembro de 1977) ; 1985 : Convenção Internacional contra o apartheid no desporto (Resolução 40/64 G, adoptada sem voto pela Assembleia Geral da ONU, a 10 de Dezembro de 1985) ; 1992 : Resolução 757 de 30 de Maio de 1992 : o Conselho de Segurança interditou a República Federativa Jugoslava (Sérvia e Montenegro) de participar em manifestações desportivas ; 1993 : Resolução sobre o respeito pela Tréva Olímpica (Resolução 48/11, de 25 de Outubro de 1993).

¹⁸ Este antigo governante suíço, na Cerimónia de abertura da MINEPS IV, em Paris, a 9 de Janeiro de 2003, enfatizou o facto de os valores essenciais do desporto coincidirem com os « core values » das Nações Unidas- sentido de comunidade, de pertença a um todo- e identificou cerca de 130 projectos e programas de desenvolvimento associados ao desporto, a maior parte deles levados a cabo em África.

¹⁹ Este relatório alertou para a necessidade de maximizar o desporto enquanto ferramenta para o desenvolvimento e a paz no quadro dos objectivos do Milénio; sustentou que colocar o enfoque no desporto pode habilitar o sistema das Nações Unidas, com a necessária dotação orçamental, e com os governos e a sociedade civil envolvidos; apelou para a criação de uma poderosa rede internacional a nível dos actores ou sectores privados e organizações desportivas, para em parceria, promoverem o desporto ; sublinhou a necessidade de ajudar os refugiados, dado que o desporto atenua os efeitos traumáticos da guerra, da deslocação, da violência, do limitado acesso à educação, e da desagregação das estruturas familiares.

Embora, como já referimos, a ONU não tenha uma agência especializada em matéria de desporto, tem contudo na **UNESCO**, a sede para uma abordagem ao desporto nos domínios científico e cultural, também desde a segunda metade da década de 70.

Em 1976 teve lugar a primeira Conferencia Internacional de Ministros e Altos Responsaveis pelo Desporto (MINEPS I), sendo que dois anos mais tarde foi aprovada a Carta Internacional de Educação Física e do Desporto, texto que encara a educação física e o desporto como elemento fundamental da educação, a que cada cidadão tem direito. Também em 1978, a Conferência Geral instituiu o Comité Intergovernamental da Educação Física e do Desporto (CIGEPS)²⁰ e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Educacao Fisica e do Desportoo (FIDEPS)²¹.

Em obra publicada pelo CIO²², podemos constatar a decisiva acção no domínio da cooperação internacional desportiva protagonizada pela quase totalidade das instituições especializadas da ONU.

Existem igualmente organizações regionais fundadas na proximidade geográfica que ajudam a solidificar a unidade de povos no contexto da diplomacia desportiva internacional. A África fala a uma só voz no contexto desportivo através da acção do CSSA (Conselho Superior do Desporto Africano), criado enquanto instituição especializada e autonomizada da então Organização da Unidade Africana, desde 2002 Unidade Africana. Trata-se, estatutariamente, da “autoridade suprema de coordenação do movimento desportivo africano”, assegurando a organização jurídica e administrativa do desporto africano, mas acima de tudo ajudando, através do desporto, a edificar a unidade e a solidariedade africana.

²⁰ O CIGEPS tem estatuto de órgão permanente junto da UNESCO, estando organizado por regiões, numa logica descentralizadora. Trata-se de um comité especial, assistido por um Conselho Consultivo Permanente (CCP), encarregue de difundir e fazer aplicar a Carta, para além de adoptar recomendações, avaliar o programa da UNESCO no domínio da educação física e do desporto.

²¹ O FIDEPS, cujos estatutos foram revistos em 1997, é um organismo intergovernamental dedicado à promoção da Educacao Fisica e do Desporto à escala mundial. Visa cooperação financeira entre as nações mais avançadas e as menos avançadas, podendo intervir como organismo de assistência tecnica e intelectual, assim como organizador de actividades promocionais ou de administração de fundos provenientes de investimentos, subvenções e donativos.

²² OMS: promove a saúde e a vida activa através do desporto; UNESCO: desporto como vertente da educação, da cultura e da ética; UNICEF: defende desporto como um direito da criança; Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados: trabalha em prol de organização de iniciativas desportivas para encorajar a vida em comunidade aos refugiados; PNUE: contribui para a diáspora de condutas e boas práticas necessárias ao desenrolar de práticas desportivas compatíveis com um desenvolvimento internacional sustentável ou durável; UNODCCP: assegura a educação preventiva graças ao desporto; PNUD: promove o desenvolvimento humano graças ao desporto; OMM: utiliza a meteorologia ao serviço do desporto; FAO: favorece a prática desportiva para o desporto nas comunidades rurais; OIT: fomenta o desporto como meio de reinserção social; Alto Comissariado para os direitos do Homem: promove o desporto para todos; UIT: ajuda a tornar cada vez mais importantes as telecomunicações no desporto; ONUSIDA: promove a saúde graças ao desporto; OMT: fomenta desporto para o turismo e o turismo através do desporto, Le Comité International Olympique et le système des Nations Unies : pour l'éducation d'un monde pacifique et meilleur grâce au sport et à l'idéal olympique, département de la ccoopération international, Lausanne, 2002.

No que tange ao continente europeu, merece destaque o Conselho da Europa, desde logo pelo facto de ter sido a primeira organização governamental europeia a interessar-se pelo fenómeno desportivo²³. Mas fundamentalmente pela sua vocação humanista²⁴, centrada nos aspectos éticos e teleológicos do desporto, ou seja, no “desporto para todos” e no desporto enquanto factor de tolerância, coesão e cooperação.

As minorias étnicas, os i(e)migrantes, as mulheres, os cidadãos portadores de deficiência, a luta contra a violência no e associada ao desporto, o combate à dopagem ou à corrupção são alguns dos vectores da cooperação, expressos nomeadamente ao nível de importantes documentos de direito internacional público. Os mais importantes desses textos são os alicerces da política desportiva do Conselho da Europa: a Carta Europeia do Desporto e o Código de Ética Desportiva²⁵.

Também a União Europeia tem desenvolvido importantes acções de relações externas no âmbito do desporto, designadamente por via de fundos estruturais, da celebração de acordos de cooperação e associação com diversos Estados consagrando atenção ao fenómeno desportivo, ou ainda integrando o desporto nos pilares da PESC (Política Externa e de Segurança Comum) e da CPJP (Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal)²⁶. A partir do momento em que o Tratado que institui uma Constituição para a Europa (vulgo Constituição Europeia), o desporto figurará finalmente no direito primário da União Europeia, agora alargada, possibilitando que a aproximação entre os povos comunitários passe também pelo desporto, sobretudo enquanto fenómeno integrado num contexto de educação, juventude e formação profissional.

Ao nível das Organizações Não Governamentais, escolhemos, pela sua importância, o Comité Internacional Olímpico (CIO), as federações desportivas internacionais e a ENGSO.

Começamos pelo CIO, considerado por J.L. CHAPELLET como um microcosmos das relações internacionais²⁷, e que, segundo A. CAMPS POVILL, ANTONIO GUERREO OLEA e RAMÓN BARBA SÁNCHEZ: “(...) *se ha convertido en el verdadero centro referencial de toda la estructura deportiva internacional, siendo un elemento catalizador y dinamizador del significado y la repercusión actual del deporte*”²⁸.

²³

²⁴ Cfr. COLIN MIÈGE, *Les organisations sportives et l'Europe*, Paris, INSEP, 2000, p.51

²⁵ A respeito da importância destes textos, cite-se FERNANDO SEARA: « O Conselho da Europa aprovou, nos últimos tempos, o prolegómeno de um novo ‘estado desportivo europeu’ », « Memórias de um espectador atento, SPB Editores, Lisboa, 1995, p.60.

²⁶ Sobre desporto e relações externas, v. ALEXANDRE MIGUEL MESTRE, *Desporto e União Europeia: uma parceria conflituante?*, Coimbra Editora, 2002, pp.283-286

²⁷ “Les jeux, comme l’ONU, reflètent la structure politique mondiale et sont un microcosme des relations internationales. Comme le souligne un membre du CIO, ils ne se célèbrent pas sur une île paradisiaque, mais dans un environnement souvent dramatique et contradictoire.”, em *Le système olympique*, Presses Universitaires de Grenoble, 1991, p.252.

²⁸ “El modelo privado del Deporte en Europa: el deporte organizado convencionalmente”, em *El modelo europeo del deporte*, coordenado por ALBERTO PALOMAR OLMEDA., Barcelona, Editorial Bosch, SA, p.128.

Criado por iniciativa de Pierre de Coubertin, a 23 de Junho de 1894, o CIO é uma organização não governamental sem fins lucrativos, constituída como associação dotada de personalidade jurídica de direito interno suíço(a sua sede é em Lausanne).

O CIO é a autoridade suprema do Movimento Olímpico, entendido este como o conjunto de estruturas que concorrem, de forma permanente ou temporária, para a realização dos jogos Olímpicos, sob a égide do CIO, e tendo na Carta Olímpica o pacto fundador ou expressão normativa primária do ordenamento jurídico olímpico.

O movimento olímpico congrega, então, os Comités Olímpicos Nacionais, as federações desportivas e os Comités Organizadores dos Jogos Olímpicos. Na expressão de COLIN MIÉGE e JEAN-CHRISTOPHE LAPOUBLE, dir-se-á que o movimento olímpico tem ainda duas organizações-satélite, nomeadamente o Tribunal Arbitral do Desporto e a Agência Mundial Antidopagem. Acrescentamos ainda a Academia Internacional Olímpica, pelo seu papel crucial na pedagogia e na difusão do ideal, dos valores subjacentes ao olimpismo.

Ao CIO cabe, pois, a responsabilidade suprema de organizar os Jogos Olímpicos, o maior evento desportivo mundial²⁹. Para além desta imensa tarefa, pode mesmo dizer-se que o CIO exerce uma missão de serviço público internacional³⁰, designadamente em acções no domínio da paz e missões humanistas, lutando contra flagelos como o *aperttheid* e a dopagem.

O reconhecimento do CIO nas relações jurídicas internacionais traduz-se por exemplo no Tratado de Nairobi, assinado a 26 de Setembro de 1991, em função do qual nenhuma parte pode utilizar o símbolo olímpico sem autorização do CIO, que detém a exclusividade de protecção daquele. Revela-se igualmente nos acordos assinados com organizações intergovernamentais, quais sejam a OMS (11 de Maio de 1984), e a UNESCO (18 de Setembro de 1984), ou mesmo com Estados, como Hong Kong (3 de Junho de 1997) e Bosnia-Herzegovina (17 Setembro de 1997).

No que concerne às **federações desportivas internacionais**, podem definir-se como pessoas colectivas de direito privado com extensão internacional, responsáveis pela organização e gestão de uma determinada modalidade desportiva a nível mundial, regendo-se pela legislação do país no qual têm sede³¹.

O seu reconhecimento internacional reside essencialmente no poder fáctico que tem, ao ponto de a própria FIFA (Federação Internacional das Associações de Futebol) contar

²⁹ No prisma da sua dimensão internacional, para além dos Jogos Olímpicos, importa não esquecer os Jogos Paraolímpicos e famosos jogos regionais e continentais como são os Jogos Mediterrânicos, os Jogos Africanos (All Africa Games), os Jogos Panamericanos e os Jogos Asiáticos.

³⁰ Neste sentido, cfr. FRANK LATTY, *Le Comité International Olympique et le Droit International*, Ed. Montschrestien, EJA, Paris, 2001, pp. 55 e ss.

³¹ O carácter universal das federações desportivas internacionais não tem vindo a permitir vingar diversos projectos de organizações criadas com fins específicos, restritos, ainda que num universo internacional, entre elas a Federação Internacional dos Desportos da Escola Católica (FISEC), a Confederação Desportiva Internacional do Trabalho (CSIT), o Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM), a Federação Internacional da Educação Física (FISPT), a Federação Internacional do Desporto para Todos (FISPT), a Federação Internacional do Desporto Universitário (FISU).

hoje com mais membros do que a própria ONU- 203 contra 190!³² . A prioridade da diplomacia institucionalizada de um Estado parece mesmo radicar no desporto...

As federações internacionais agrupam-se em associações de federações³³, *maxime* criando confederações continentais, as quais gozam de personalidade jurídica própria e diferenciada da da federação internacional.

Merece especial atenção o papel da ENGSO (Organização Desportiva Europeia Não Governamental). Com raízes no início dos anos 70³⁴, a ENGSO constitui-se no fito de ser um fórum de líderes das confederações desportivas nacionais, trata-se de uma organização paneuropeia com estatuto de observador junto do Conselho da Europa, composta maioritariamente por Confederações desportivas nacionais ou Comitês Olímpicos nacionais, visando promover a unidade do desporto; promover e defender a independência/autonomia e interesses dos seus membros; contribuir para o desenvolvimento do desporto nos países membros e o incremento da cooperação dentro do desporto europeu.

3. CONCLUSÃO

Nos diversos prismas em que procurámos contextualizar o desporto nas relações internacionais, seja em momentos históricos já distantes, seja no contexto da actualidade, afigura-se-nos evidente que o desporto é um importante actor e vector das relações internacionais, que não apenas veículo de exteriorização pontual de sucessos pontuais de cariz desportivo, imediatamente extrapolados no contexto geopolítico, aplicados no mapa geoestratégico.

Enquanto actor entre muitos outros, ou como um dos inúmeros vectores de relacionamento internacional entre Estados e povos, convém, contudo, situar o desporto no lugar que lhe cabe, com as devidas proporcionalidade e sensatez.

Assim, confinar ao desporto um papel essencial na evolução das relações internacionais é inequivocamente concluir por excesso. Relegar, porém, ao desporto um papel de mero divertimento ou fenómeno social que por acaso também ganhou contornos transnacionais parece-nos uma conclusão que peca por defeito.

Mais próximos do equilíbrio- precisamente aquilo que é o mais difícil de almejar em sede de relações internacionais- diremos o seguinte: o desporto é hoje uma grande força de demonstração e celebração do multiculturalismo numa sociedade cujas diferentes

³² Sobre a importância da FIFA, leia-se Pascal Boniface: “Il n’est pas innocent de constater que parmi les premières manifestations de volonté des nouveaux États indépendants figurait la demande d’adhésion à la FIFA, comme si elle était aussi naturelle et aussi nécessaire que celle à l’ONU; comme si la définition de l’État ne se limitait plus aux trois éléments traditionnels, un territoire, une population, un gouvernement, et qu’il faille en ajouter un quatrième: une équipe nationale de football”, “Football et Relations Internationales”, em Géopolitique du Football, Paris, Éditions Complexe, 1998, p. 17.

³³ ASOIF : Associação das Federações Internacionais Olímpicas (fórum permanente de contacto entre as federações olímpicas); AIWF : Associação das Federações Internacionais Olímpicas de Inverno ; ARISF : Associação das Federações Desportivas Internacionais reconhecidas (não fazem parte do programa olímpico) ; AGFIS : Associação Geral das Federações Internacionais dos Desportos.

³⁴ « formerly known as the NGO club », como refere BARRIE HOULIHAN, em « Sport and International Politics », Harvester Wheatsheaf, London, 1999, p.108.

identidades nacionais e culturais podem e devem interagir directamente num terreno de jogo, em modalidades desportivas individuais ou colectivas.

Quanto mais o confronto desportivo for o contrário do confronto político-ideológico, mais estaremos a dar ao desporto, fenómeno global, a devida resposta global. Só com Ética no Desporto se pode consolidar a Ética nas Relações Internacionais. E a Ética é o pilar de uma verdadeira e sã diplomacia internacional.

Alexandre Mestre